

21 JUN 1989

O dilema do ensino

Epreciso repensar toda a estrutura institucional pública do ensino no País. Ela está ruim, sob os mais diferentes aspectos, embora lhe correspondam seguramente as mais graves responsabilidades que a sociedade deferiou ao Estado. É impositivo alocarmos ao ensino os melhores educadores, os melhores dirigentes, os mais amplos recursos físicos e pedagógicos, e ao alunato as mais amplas e irrestritas facilidades para que a vida escolar seja para ele e para o País um investimento seguro.

Decai a nossa esperança no futuro do Brasil quando contemplamos, como agora, o grevismo instalado no ensino público. Em Brasília, nossa principal universidade está paralisada há 40 dias; o ensino público de 1º grau está de portas fechadas há dois meses. Num e noutro contempla-se absoluta falta de perspectiva quanto aos seus fins específicos, enquanto agudiza em ambos o envolvimento político, o qual, como no caso da UnB, chega a erigir-se em atividade predominante de toda a vida acadêmica.

Difícil é identificar responsabilidades pela decomposição do processo escolar público no País. Fácil — e é o que devemos fazer — é tomar consciência de que somos todos responsáveis e a todos incumbe a tarefa urgente de reverter esse quadro. O Estado tem a responsabilidade constitucional, ética e política de devotar-se absolutamente ao ensino, a ele não regateando recursos, ainda que seja grave o desajuste das finanças públicas, como de fato ocorre. Não há priorida-

de maior, salvo aquela diretamente vinculada à própria subsistência.

Se o Estado priorizar a educação acima de qualquer outro objetivo, muitas das causas pelas quais a greve se instalou tenderão a ser amortecidas, notadamente a questão salarial, que permeia praticamente todas as greves. Mas, é evidente que um dilema fundamental a ser resolvido é o do chamamento do corpo docente à responsabilidade. A greve política, estimulada por objetivos que não se ajustem de modo inequívoco à vida escolar ou à vida profissional do educador não pode ser aceita, porque ela agride o direito mais fundamental do País, o de preservar-se, de conservar sua capacidade de subsistir como nação civilizada. A falência do ensino leva à falência do povo como nação e como Estado.

Tão grave é o absenteísmo do setor público quanto às suas responsabilidades com a educação que consideramos ter chegado o momento de uma ação coletiva por parte dos pais visando a repor a ordem. Não é possível permanecermos passivos enquanto professores e autoridades dialogam um diálogo surdo, enquistado cada um na sua posição, enquanto os interesses mais fundamentais da sociedade brasileira permanecem ofendidos. Os pais devem assumir a liderança num grande movimento, visando a impor ao Estado a priorização do ensino e ao corpo docente das escolas a consciência da sua responsabilidade social e política. Se a sociedade não reagir, o sistema público de ensino entrará em colapso.